



Aprovada maior duração de bolsa de estudo para mães

Projeto, que vai para sanção, permite afastamento de gestante ou adotante para cuidar do filho, por meio da prorrogação do prazo para pesquisas com recebimento de bolsa

O Plenário aprovou ontem proposta que possibilita ampliar o prazo de bolsas de estudo ou pesquisa concedidas por agências de fomento que tenham duração mínima de 12 meses em

virtude de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial. A validade poderá ser estendida por até 120 dias. A proposta veda a suspensão do pagamento da bolsa durante o afastamento. **3**



Para a relatora do projeto, Marta Suplicy, "não é uma questão que só interessa a mulheres e adotantes, mas a todos"



Regina Sousa recebe Maria Berenice Dias na Comissão de Direitos Humanos

OAB apresenta texto para Estatuto da Diversidade Sexual

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregou ontem uma sugestão para Estatuto da Diversidade Sexual, com apoio expresso em 100 mil assinaturas, à Comissão de Direitos Humanos do Senado. A proposta visa

promover a igualdade sexual e coibir os crimes contra homossexuais. A presidente do colegiado, Regina Sousa, prometeu transformar a sugestão, que criminaliza a homofobia tal qual o racismo, em projeto de lei. **4**

Acordo dispensa visto para Dubai e Abu Dhabi **3**

CPI ouvirá Joesley e Eike e irá à sede do BNDES **4**

Senadores divergem sobre classificação etária em museus

A recomendação do Ministério Público para que museus e galerias submetam ao Ministério da Justiça as classificações indicativas

para as exposições gerou discussão na CPI dos Maus-Tratos durante depoimento de curadores de mostras polêmicas convocados. **4**



Magno Malta fala na CPI, entre José Medeiros e o curador Luiz Osorio

Instituição Fiscal cobra gestão responsável de contas públicas

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o diretor da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, disse que o desequilíbrio das

contas públicas demanda gestão competente. Segundo ele, os gastos com servidores em todo o país penalizam os investimentos públicos. **3**



José Serra (C) e Felipe Salto (D) na audiência pública sobre a crise fiscal



Senador Paulo Paim fala durante audiência pública que debateu ontem a nova versão da reforma da Previdência Social

Servidores criticam regras rígidas para aposentadoria

Sindicatos de servidores públicos criticaram ontem, em audiência no Senado, a nova proposta de reforma da Previdência, que endurece as regras para o funcionalismo. Pelo texto apresentado por Temer na quarta-feira, o tempo mínimo

de contribuição para os servidores passa para 25 anos e para os trabalhadores da iniciativa privada fica em 15 anos. Para os debatedores, a proposta prejudica os servidores, retira direitos e privilegia o poder econômico. **4**

Aprovados novos prazos para a Justiça trabalhista

O Senado aprovou um projeto que uniformiza a contagem de tempo do processo trabalhista com os prazos do processo civil. A proposta, que agora vai para a sanção do presidente da República, deve diminuir questionamentos sobre a perda de prazos processuais, que costumam congestionar a Justiça. **2**

Médico condena estatal que gere hospitais

O presidente da Federação Nacional dos Médicos, Jorge Darze, disse na Comissão de Direitos Humanos que hospitais universitários que não aderiram à gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares não recebem recursos do governo. O presidente da estatal, Kleber Moraes, negou a afirmação. **3**

Avança adesão do país a acordo sobre domésticas

A adesão do Brasil à Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores, com regime de urgência para análise no Plenário. O relator, Lasier Martins, ressaltou que o texto trata de mecanismos de proteção aos direitos trabalhistas. **2**

Novos prazos para a Justiça do Trabalho vão à sanção

Projeto aprovado ontem no Plenário uniformiza a contagem de tempo do processo trabalhista com a do processo civil. Medida pode reduzir questionamentos sobre perda de prazos processuais

O SENADO APROVOU ontem um projeto que altera a contagem de prazos processuais na Justiça trabalhista.

O PLC 100/2017 determina que, na contagem de prazo processual em dias, serão levados em conta apenas os dias úteis, excluindo-se o dia inicial e incluindo-se o dia de vencimento. O projeto estipula ainda a suspensão do prazo processual no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, período de recesso forense. E estende a interrupção dos trabalhos, nesse intervalo, em relação a audiências e sessões de julgamento.

Inovações

No Plenário, o texto foi aprovado sem discussão. Em parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator Antonio Anastasia (PSDB-MG) alegou que a proposição incorpora as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil, uniformizando a contagem de prazos



Anastasia: projeto pode reduzir recursos processuais por perda de prazo

no processo do trabalho e no processo civil.

“Evitam-se, com isso, prejuízos às partes, em virtude da perda do momento oportuno para a prática de importantes atos processuais, como a interposição de recursos. Garante-se, assim, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa”, argumentou Anastasia no relatório.

Por fim, Anastasia observou que, no tocante à suspen-

são dos prazos processuais durante o recesso forense, o projeto insere na legislação um entendimento que já consta da norma interna do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A medida é vista como um avanço pelo relator, já que questionamentos sobre perda de prazo processual costumam congestionar os tribunais.

A proposta segue agora para a sanção do presidente Michel Temer.

Vai a Plenário acordo internacional sobre trabalho para domésticas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a adesão do Brasil à Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (PDS 210/2017), celebrado na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A pedido do vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado pela CRE regime de urgência para análise no Plenário.

Direitos

O relator, Lasier Martins (PSD-RS), ressaltou que o texto trata de mecanismos de proteção aos direitos trabalhistas. Os países que aderem reconhecem que o trabalho doméstico continua a ser subvalorizado internacional-

mente, feito quase sempre por pessoas de comunidades desfavorecidas, sendo particularmente vulneráveis à discriminação e outros abusos.

— Nos países em desenvolvimento, os trabalhadores domésticos continuam sendo uma significativa proporção da força de trabalho, estando algumas vezes marginalizados. A convenção obriga que em cada país, entre outros pontos, a idade mínima de atuação para eles não seja inferior à dos demais trabalhadores — disse o senador.

O texto também trata da proteção dos trabalhadores domésticos, por parte do poder público, contra todas as formas de abuso, assédio e violência.

Reportagem da Rádio Senado mostra como é viver com doença rara

A Rádio Senado vai falar sobre a realidade de quem sofre de doenças raras. Hoje são conhecidas quase 8 mil enfermidades desse tipo, todas graves, crônicas e degenerativas. No Senado, foi criada a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, para propor iniciativas que melhorem a qualidade de vida dos doentes. A reportagem “Vidas Raras” vai ser transmitida a partir de hoje, e o público pode mandar opinião sobre o tema pelo WhatsApp: (61) 98611-9591.

Reportagem Especial
• hoje, às 18h
• reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h

Lúcia Vânia exalta trabalho de prefeito de cidade goiana

Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou ontem o trabalho do prefeito de águas Lindas de Goiás, cidade goiana do Entorno do Distrito Federal.

Segundo ela, o prefeito Hildo do Candango “concilia planejamento eficiente e gestão criteriosa, conseguindo resultados inesperados para a população”. A senadora citou a construção de unidades básicas de saúde, a ampliação das vagas no ensino básico e creches, obras de saneamento básico, tratamento e abastecimento de água e iluminação da BR-070.



Medeiros lamenta morte de médico dedicado à 1ª infância

Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, José Medeiros (Pode-MT) lamentou a morte, em 3 de novembro, do médico, neurocientista e psicoterapeuta gaúcho João Augusto Bertuol Figueiró. Ele fundou e dirigiu o Instituto Zero a Seis, voltado ao desenvolvimento humano do nascimento até o sexto ano.

— João Augusto Figueiró afirmava que investir na primeira infância era o melhor investimento financeiro porque trazia a melhor taxa de retorno social e econômico.



Gleisi destaca avanço da criminalização da vingança pornográfica

Gleisi Hoffmann (PT-PR) saudou o avanço do PLC 18/2017, que torna crime registro ou divulgação não autorizada de cenas de intimidade sexual de uma pessoa, a chamada vingança pornográfica. O projeto foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será agora votado pelo Plenário.

Gleisi (PT-PR), que é autora do substitutivo aprovado, disse que muitas mulheres já se mataram depois da divulgação de fotos íntimas na internet e citou a jornalista Rose Leonel, que inspirou a lei.



Sérgio de Castro quer endurecimento de regras para partidos

Sérgio de Castro (PDT-ES) defendeu a aprovação de um projeto que pode aumentar a transparência e endurecer as regras de funcionamento dos partidos políticos. O PLS 60/2017, do senador licenciado Ricardo Ferraço (PSDB-ES), estabelece normas de compliance para as siglas, prática já aplicada pelas empresas no combate a atos ilícitos.

O texto tenta criar códigos internos de conduta, programa de auditorias e ferramenta de gestão nas legendas. Para Castro, a proposta ajudará a resgatar a ética na política.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprova prorrogação de bolsa de estudo para novas mães

Vai a sanção presidencial o projeto que permite o afastamento temporário de estudantes e pesquisadoras que tenham ou adotem filhos

VAI PARA A sanção presidencial o projeto que permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo nos casos de maternidade ou de adoção. O PLC 62/2017, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), possibilita ampliar o prazo de bolsas de estudo ou pesquisa concedidas por agências de fomento que tenham duração mínima de 12 meses. A validade poderá ser estendida por até 120 dias.

O benefício poderá ser dado depois de comprovado o afastamento temporário em virtude de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. A proposta veda a suspensão do pagamento da bolsa durante o afastamento e impede a concessão do benefício a mais de um bolsista quando decorrente do mesmo processo de adoção.

Em caso de morte do bolsista beneficiado, o cônjuge



Marta vê no projeto avanços para as mulheres e para o sistema de bolsas

ou companheiro que também seja bolsista poderá usufruir do tempo restante da prorrogação concedida.

Para a relatora na Comissão de Educação (CE), Marta Suplicy (PMDB-SP), o projeto é uma forma de dar mais segurança aos bolsistas. A senadora diz que a aprovação do projeto “não é só uma questão que interessa às mulheres e aos

adotantes, mas a todos os brasileiros”.

Na visão dela, a proposta também é uma forma de “aumentar a eficiência do sistema de bolsas, evitando o eventual desperdício causado pelo fato de bolsistas poderem vir a ser obrigados a abandonar cursos ou projetos de pesquisa” para cuidar dos filhos.

No Plenário, Marta defendeu

a continuidade da educação sexual nas escolas, enfrentando aqueles que se opõem à igualdade de gênero:

— Agora estamos num fundamentalismo bravo, com câmaras municipais proibindo até a introdução da palavra “gênero”. Por trás dessa questão, está outra: a igualdade entre homem e mulher. Ela pode ser trabalhada na escola, que pode fazer a diferença. Uma pesquisa mostrou que 65,2% dos brasileiros hoje aceitam o casamento homossexual — disse.

Hoje, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) já possuem normas internas que concedem essa prorrogação a bolsistas que recebem o auxílio por 24 meses ou mais (mestrado e doutorado). A nova lei vai oficializar a prática.

Avança isenção de visto para viajar aos Emirados Árabes

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos que trata da mútua isenção de vistos para portadores de passaporte comum (PDS 215/2017). A pedido do relator, Lasier Martins (PSD-RS), foi aprovado um pedido de urgência para a análise pelo Plenário do Senado.

O texto permite que nacionais de ambos os países possam entrar, sair e transitar pelo território do outro país sem visto, para fins de negócios e turismo, por até 90 dias a cada 12 meses.

Lasier ressaltou que os Emirados Árabes contam hoje com a maior comunidade brasileira na Península Arábica.

Também foi aprovado o acordo de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Etiópia (PDS 213/2017).

Federação dos Médicos critica estatal que administra hospitais

Em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Jorge Darze, criticou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e disse que hospitais universitários que não aderiram à gestão da empresa não recebem recursos do governo.

— Estão sofrendo uma tortura na sua sobrevivência, estão morrendo à míngua.

O presidente da Ebserh, Kleber Moraes, rechaçou a afirmação e explicou que os



Paulo Paim (C) tentará construir acordo sobre a criação da empresa e a manutenção da autonomia universitária

recursos podem ser mais bem distribuídos.

— Todos recebem o mesmo percentual de recursos, em função de uma matriz, e podemos revê-la.

A audiência discutiu a autonomia das universidades diante da criação da Ebserh, que segue diretrizes do Ministério da Saúde. Para o diretor de Desenvolvimento da Rede

de Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação, Mauro Rabelo, a centralização da gestão trouxe estabilidade aos hospitais universitários.

— A visão da maioria dos gestores que estão à frente das nossas universidades é de que esse modelo é melhor do que aquele que a gente tinha, separadamente, com cada um correndo, com seu desespero, atrás do recurso.

Representantes do TCU e de universidades públicas também participaram do debate.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que examinará todos os questionamentos para buscar consenso em relação à autonomia universitária.

— Se construirmos um acordo aqui, será um gol de placa.

Instituição Fiscal pede gestão responsável de contas

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, afirmou que a situação das contas públicas demanda não a criação de novas regras, mas uma gestão competente e a recuperação de um “espírito de responsabilidade” que permitiu ao Brasil apresentar um quadro de equilíbrio fiscal até meados dos anos 2000. Segundo ele, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) proporcionou avanços, mas agora é preciso mais do que melhorar a legislação.

— Os investimentos são penalizados pelo ajuste, pois há um grau de rigidez grande, e a previdência tem custo crescente — afirmou Salto.

Em audiência sobre a crise

fiscal na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Salto explicou que o ajuste fiscal nos estados tem recaído sobre os investimentos públicos, que são despesas discricionárias.

— Isso reproduz o modelo adotado pela União, uma vez que os gastos com pessoal cresceram muito em todas as unidades da Federação, estando hoje no limite de 60% das receitas.

O professor Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que o Brasil recentralizou as receitas e o poder sobre as principais políticas públicas no campo federal, ampliando as “disparidades verticais” na Federação. Rezende afirmou que o grande vilão no retrocesso fiscal foi a criação de mais

despesas para a seguridade social, o que gerou desequilíbrio nas prioridades.

Professor do Victoria Institute of Strategic Economic Studies, da Austrália, Bhanjan Grewal avaliou que as transferências fiscais não devem ser discricionárias, mas ter como base protocolos regulatórios, visto que o federalismo fiscal não é como um departamento estanque, e as decisões de um nível de governo têm consequências sobre os demais.

Assessor do Senado e especialista em contas públicas, Leonardo Ribeiro observou que o Brasil e a Austrália encontram-se em polos distintos, embora haja um movimento de centralização nos dois países.

Lasier defende debate sobre segurança pública

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu o aprofundamento do debate sobre segurança pública e mais empenho na busca de soluções para o problema que mais preocupa os brasileiros atualmente: a violência.

— A Constituição dá a estados e municípios o dever de cuidar de polícias e prisões. Mas a segurança pública vai além disso. Depende da intenção de fatores complexos. Sem coordenação federal, sem revisão de leis e procedimentos e sem investimentos pesados em tecnologia, o povo continuará refém do crime.



Lasier Martins/Agência Senado

Viana pede pena mais dura para crimes hediondos

Jorge Viana (PT-AC) quer mudar a Constituição para garantir que autores de crimes hediondos cumpram integralmente a pena em regime fechado, sem direito a progressão. O senador informou ontem que vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição, que já conta com 33 assinaturas de apoio.

— Quem não quiser ir para o regime fechado, que não tire a vida de ninguém, que não cometa crime hediondo — disse, após lembrar que não há nada mais triste do que perder um ente querido violentamente.



Jorge Viana/Agência Senado

Classificação etária para arte causa divergência

Em CPI, recomendação de procurador para que museus e galerias estabeleçam e submetam ao Ministério da Justiça as classificações de exposições dividiu os senadores

A RECOMENDAÇÃO DO procurador da República Fernando de Almeida Martins para que museus e galerias estabeleçam e submetam ao Ministério da Justiça as classificações indicativas para as exposições gerou polêmica na CPI dos Maus-Tratos. A comissão debateu ontem a questão da classificação etária indicativa.

Martins explicou que a Portaria 368/2014 do Ministério da Justiça regulamenta o tema, mas exclui da classificação indicativa as exposições ou apresentações ao vivo, como peças de teatro e shows. São classificados produtos para televisão, cinema e vídeo, jogos eletrônicos e de RPG e aplicativos.

Segundo o procurador, a portaria, por ser um ato infralegal, não poderia excluir determinados eventos da obrigatoriedade de classificação indicativa.

— O objetivo da classificação é a proteção à criança e ao adolescente, não tem nada a ver com censura e não ataca em nada a liberdade artística.

Para Humberto Costa (PT-PE), o país



Na CPI dos Maus-Tratos, Malta ouviu o curador de mostra que gerou polêmica, Luiz Osorio

não pode ceder ao desejo de censurar e o Senado deve ficar alerta.

— Na falta de uma bandeira definida, muitos moralistas e reacionários sem causa têm adotado posições autoritárias e tentado impor valores.

Na opinião de Marta Suplicy (PMDB-SP), é natural que a arte cause impactos,

mas não pode ser vista como pornográfica, já que trata da expressão livre do inconsciente do artista.

O curador da exposição *35º Panorama da Arte Brasileira — Brasil por multiplicação*, Luiz Camillo Osorio, afirmou que a nudez do artista Wagner Schwartz durante a performance *La Bête*, que

causou polêmica, não teve conotação erótica ou pornográfica.

— A nudez sem conotação sexual tem indicação livre. Os museus estão cheios de nudez — disse.

Osorio disse que havia placas avisando que havia nudez na performance e que a exposição já tinha sido feita em vários países e cidades sem polêmica.

O curador da exposição *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira*, Gaudêncio Fidélis, afirmou que a exibição teve a perspectiva de abrir o debate sobre questões de identidade e expressão de gênero e de diferenças.

Marta criticou a convocação e disse que foi desrespeitosa a forma com que a CPI tratou os curadores e artistas. Segundo ela, a comissão chocou a população que tem apreço pela arte. O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), afirmou que ninguém está sendo convocado para depor na CPI por ser bandido ou pedófilo.

— Eles vieram porque a denúncia envolve a exposição e o museu — disse.

Acordo previdenciário entre Brasil e Espanha é aprovado em comissão

Foi aprovada ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE) a revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre o Brasil e a Espanha (PDS 188/2017).

O objetivo é permitir que os trabalhadores que contribuíram com os sistemas previdenciários de ambos os países possam somar os períodos de contribuição. Cada sistema deverá pagar o equivalente ao período de contribuição no respectivo país.

O Brasil deverá aplicar o acordo nas aposentadorias por invalidez e idade e nas pensões por morte, por acidentes de trabalho e por doença profissional. Já a Espanha cumpre as

prestações por incapacidade permanente, aposentadorias, pensões por morte e sobrevivência e também por acidentes de trabalho e doenças profissionais. O relatório favorável é de Lasier Martins (PSD-RS).

A CRE também aprovou modificações no acordo entre o Brasil e a África do Sul para evitar dupla tributação e prevenir evasão fiscal (PDS 211/2017). Para o relator, Pedro Chaves (PSC-MS), a revisão aprofunda a colaboração entre as autoridades tributárias de ambos os países, visando combater fraudes.

Os dois projetos seguem para o Plenário do Senado.

OAB propõe Estatuto da Diversidade Sexual

A presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maria Berenice Dias, entregou à presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Regina Sousa (PT-PI), uma sugestão para um Estatuto da Diversidade Sexual.

Foram levadas à comissão 100 mil assinaturas em apoio à proposta, que visa promover a igualdade sexual e coibir os crimes contra homossexuais.

Regina elogiou a iniciativa das entidades ligadas aos movimentos em defesa da diversidade sexual e prometeu transformar em projeto de lei a proposta “que criminaliza a homofobia tal qual o racismo”,

encaminhada à comissão por meio do Portal e-Cidadania.

Marta Suplicy (PMDB-SP) já manifestou interesse em ser a relatora do texto.

Maria Berenice lamentou o fato de o Brasil ocupar a posição de país que mais mata homossexuais. Em 2017, já morreram 372 pessoas, o que

corresponde a uma morte a cada 21 horas. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) definiu a iniciativa como um “ato de resistência e de coragem”.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), a proposta “traduz as esperanças, os sonhos e os desejos de uma parcela significativa da população”.



Comissão de Direitos Humanos recebe sugestão com 100 mil apoios

Servidores públicos criticam reforma da Previdência

Servidores públicos criticaram ontem a proposta de reforma da Previdência, em audiência pública sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O presidente Michel Temer apresentou na quarta-feira uma nova versão da reforma. A intenção do governo é convencer a base no Congresso a votar a proposta de emenda à Constituição ainda neste ano.

O novo texto endurece as regras de aposentadoria para servidores públicos. O tempo mínimo de contribuição passa para 25 anos, enquanto os empregados do setor privado precisariam cumprir 15 anos. Para receber o valor total do benefício, todos devem somar 40 anos de contribuição. A idade mínima para a aposentadoria

é de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), Floriano de Sá Neto, disse que a nova versão da reforma prejudica os servidores públicos. Ele afirmou que a intenção do governo é entregar a previdência complementar do funcionalismo a bancos privados.

— É uma denúncia que fazemos. Esse é um dos objetivos não declarados da reforma: municípios, estados e União vão passar mais dinheiro ainda para a administração dos bancos. Não há nada de errado com a Previdência Social.

O presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, Charles Alcantara, disse que o governo demoni-

za os servidores e privilegia o poder econômico.

— Quem é privilegiado no Brasil? Não seriam os sonegadores da Previdência, beneficiados por anistias?

Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy disse que a proposta é injusta com os servidores públicos.

A presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, Maria Inez Rezende, avalia que a nova versão da reforma da Previdência retira direitos de servidores que estão prestes a se aposentar.

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a campanha do governo para defender a aprovação da reforma.

— É propaganda enganosa. É lavagem cerebral.

Comissão de inquérito aprova diligências no BNDES

A CPI do BNDES aprovou ontem requerimentos para realização de diligências na sede do banco, no Rio, e para obter na Procuradoria-Geral da República a sindicância relativa à colaboração premiada de José Carvalho Filho, ex-funcionário da Odebrecht.

Segundo os autores — Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Roberto Rocha (PSDB-MA) —, as informações são necessárias para a continuidade da apuração.

Na terça, haverá reunião conjunta com a CPI mista da JBS, para ouvir o empresário Joesley Batista, ex-presidente da JBS. Para o dia seguinte, está previsto o depoimento do empresário Eike Batista.

Humberto diz que oposição vai recorrer em defesa do pré-sal

Humberto Costa (PT-PE) informou que integrantes da oposição foram ao Ministério Público Federal para pedir uma investigação sobre o que classifica de “entrega do pré-sal aos estrangeiros”.

O senador afirmou que o governo de Michel Temer adotou uma renúncia fiscal superior a R\$1 trilhão, eliminou a política de conteúdo nacional na exploração do petróleo e afrouxou as regras para o controle da prática de crimes ambientais.

— Houve crime de lesa-pátria de alta gravidade, que precisa ser apurado.